

CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:	
Proc:	
Ano:	

PROCESSO N° 55/2016 TOMADA DE PREÇOS № 017/2016

O MUNICÌPIO DE NOBRES- MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.424.272/0001-07, sediada á Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, bairro Jardim Paraná, no município de Nobres – MT, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, e através da Comissão Permanente de Licitação nomeada pela Portaria de nº 048/2016, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, pelo que dispõe no presente Edital, de acordo com as condições seguintes:

Data e hora da Abertura	Local
20 de Julho de 2016 às 08:0 <mark>0 Ho</mark> ras	SAL <mark>A DE</mark> LICITAÇÕES PREFEITURA M <mark>UNIC</mark> IPAL DE NOBRES – MT

1 - SUPORTE LEGAL E REGIME DE CONTRATAÇÃO:

1.1 - Esta licitação será do tipo "MENOR PREÇO", forma de julgamento "PREÇO MENSAL POR ÍTEM". Será regida pela Lei № 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as alterações introduzidas pela Lei № 8.883, de 08 de junho de 1.994 e pela Lei № 9.648, de 28 de abril de 1.998.

2 - DO OBJETO:

2.1 - A presente licitação tem por objetivo de selecionar a melhor proposta para CONTRATAÇÃO DE MÉDICO ORTOPEDISTA, MEDICO AUDITOR PARA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR E MEDICO AUTORIZADOR DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH'S), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES/MT, conforme constantes no anexo I do Edital.



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:	
Proc:	
Ano:	

- 2.1.1 Os serviços supracitados deverão ser Prestados uma vez no mês, no Centro de Saúde do Município de Nobres MT, mediante solicitação e autorização expedida pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 2.1.2 As consultas de medico ortopedista serão realizadas no Centro Preventivo de Saúde e as consultas de medico auditor para autorização de internação hospitalar e medico autorizador de internação hospitalar (aih's), serão realizadas no Hospital Laura e Vicuna no município de Nobres MT, situado na Praça Josino Serra, centro, no município de Nobres MT.

3 – DO EDITAL E SEUS ANEXOS:

3.1 - O edital e seus respectivos anexos, poderá ser examinado e retirado no endereço acima mencionado no horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de Nobres – MT.

4 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

- 4.1 Poderá participar da presente licitação, qualquer pessoa física ou jurídica que satisfaça as condições exigidas neste Edital, <u>cadastrada nesta entidade</u>, dentro do Prazo de Validade, com o ramo de atividade compatível com o objeto do presente edital, e que comprovem mediante documentos de Registros ou Autorizações Legais, que exploram ou que contenha em seu quadro, Profissional permitidos a explorar ramo de atividade compatível com o objeto desta Licitação e atendam as exigências deste Edital e seus Anexos;
- 4.2 Interessados não Cadastrados ou com Cadastros vencidos, deverão providenciar o seu cadastramento ou sua renovação até o 3º (terceiro) dia, anterior à data de recebimento dos envelopes "Documentos e Propostas de Preço", para ser permitida a Participação no Presente Certame.
- 4.3 Não será permitida a participação de empresas em consórcio.
- 4.4 Não poderão participar as empresas ou instituições das quais participem dirigentes ou servidores das entidades promotoras desta licitação.
- 4.5 Não poderão participar as empresas ou instituições que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou ainda que tenham sido declaradas



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:	
Proc:	
Ano:	_

inidôneas ou estejam punidas com suspensão do direito de licitar com a Administração Pública Brasileira.

4.5 - O valor máximo de contratação orçado pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT, para medico auditor para autorização de internação hospitalar é de R\$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais), para medico autorizador de internação hospitalar (aih's) é de R\$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais) e para médico ortopedista é de R\$ 106.800,00 (cento e seis mil e oitocentos reais). As especificações dos valores encontram-se especificado nos Anexo I.

5 – REQUISITOS PARA CADASTRAMENTO DE EMPRESAS E EMISSÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (CRC).

Deverão ser apresentados para Cadastro, documentos abaixo relacionados, em 1 (uma) via, em cópia autenticada por cartório ou por Membro da Comissão Permanente de Licitação do Município de Nobres - MT:

PESSOA JURÍDICA:

- 5.1 Cópia de Documento de Identidade do(s) sócio(s);
- 5.2 Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 5.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 5.4 Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC ou CNPJ/MF);
- 5.5 Prova de que a empresa está em plena atividade, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, que deverá ser comprovado através do Alvará de Funcionamento da empresa, exercício de 2016;
- 5.6 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

- 5.7 Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da Lei;
- 5.8 Certidão de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão conjunta dívida ativa da União, Contribuições Federais e INSS);
- 5.9 Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual, para fins em participação de licitação;
- 5.10 Certidão de regularidade com a Procuradoria Geral do Estado quanto à Dívida Ativa do Estado (PGE).
- 5.11 Certidão Negativa de Dívida referente a Tributos Municipais da sede do licitante, incluindo a Dívida Ativa, fornecida pela Prefeitura Municipal;
- 5.12 Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 5.13 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII A da Consolidação das Leis do Trabalho, (Instituída pela Lei nº. 12.440, de 2011), expedida gratuita e eletronicamente (www.tst.jus.br ou www.csjt.jus.br e tribunais regionais do trabalho na internet);
- 5.13 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo cartório competente ou pelo distribuidor do fórum da sede da licitante, válida na data da apresentação da proposta.
- 5.14 As Microempresas e Empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 5.15 Os documentos acima mencionados poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório ou por Membro da CPL do município de Nobres ou publicação em órgão de imprensa oficial.

PESSOA FÍSICA:

- 5.15 Cópia de Documentos pessoais RG e CPF,
- 5.16 Cópia do Título de eleitor,



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

- 5.17 Comprovante de endereço,
- 5.18 Cópia dos documentos pessoais do Cônjuge (RG e CPF), se casado.

Os documentos acima mencionados poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório ou por Membro da CPL do município de Nobres ou publicação em órgão de imprensa oficial.

6 – DA APRESENTAÇÃO E ENTREGA DAS PROPOSTAS:

- 6.1 A proponente arcará com todos os custos relativos à elaboração e submissão de sua proposta. O licitador não será responsável por nenhum destes custos, independentemente do desenvolvimento do processo licitatório.
- 6.2 A proponente deverá entregar à comissão de licitação, no local, na data e na hora fixados neste Edital, os envelopes individualizados, que deverão estar fechados e inviolados, contendo em sua parte frontal os seguintes dizeres:

No envelope № 1
Prefeitura Municipal de Nobres – MT
Edital de Tomada de Preços № 017/2016
Envelope № 1 – Documentação de Habilitação
Data de Abertura: 20/07/2016 Horário: 08:00 horas
Proponente:
Nome:
CNPJ:
Endereço .:

T.		1		•	•	^
No	en'	vel	on	e N	NO.	7

Prefeitura Municipal de Nobres - MT

Edital de Tomada de Preços № 017/2016



Prefeitura Municipal de Nobres CNPJ: 03 424 272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

Envelope № 2 – Proposta Comercial		
Data de Abertura: 20/07/2016 Horário: 08:00 horas		
Proponente:		
Nome:		
CNPJ:		
Endereço.:		

- 6.3 Não serão aceitos documentos e propostas transmitidos por fax, telegrama ou outra forma que descaracterize o sigilo de seu conteúdo.
- 6.4 Para efeito de remessa pelo Correio ou outro serviço de entrega, os envelopes de números 1 e 2, depois de lacrados e devidamente identificados, poderão ser acondicionados em um único envelope, desde que em seu sobrescrito venha exposto seu conteúdo, que identificará a Licitação a que se refere. Entretanto, a Comissão de Licitação não será responsável por qualquer perda de envelopes enviados pelo correio ou outro serviço de entrega, ou pelo atraso na entrega dos mesmos.
- 6.5 No horário estabelecido neste Edital e após a abertura do primeiro envelope, nenhuma nova proposta será recebida.
- 6.6 Todos os documentos deverão ser em língua portuguesa.

7 - INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E ALTERAÇÃO DO EDITAL E ELEMENTOS INSTRUTORES

7.1 – As informações e esclarecimentos relativos ao Edital, seus modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados, por escrito, junto à Comissão de Licitação, na Prefeitura Municipal de Nobres, fac-símile (65) 3376-4200 - Ramal 4215, até 05 (cinco) dias antes da data limite estabelecida para o recebimento dos envelopes 1 e 2. As respostas serão enviadas, por escrito, igualmente, a todas as proponentes, sem identificação da origem da consulta. As respostas serão enviadas em até 03 (três) dias antes do recebimento dos envelopes de documentação e propostas, pelo licitador.



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

- 7.2 A qualquer tempo, antes da data limite estabelecida para o recebimento dos envelopes, o licitador, poderá, por sua própria iniciativa ou como conseqüência de algum esclarecimento pedido por uma possível proponente, alterar os termos do Edital mediante a emissão de um adendo.
- 7.2.1 Nessa hipótese, o adendo será encaminhado, por escrito, a todas as adquirentes do Edital.
- 7.2.2 Nos casos em que a alteração do Edital signifique maior tempo para preparar as propostas, o licitador informará às interessadas na licitação, que o prazo de entrega dos respectivos envelopes será prorrogado.
- 7.3 São partes integrantes deste Edital, os seguintes elementos:

1965

ANEXOS	ANEXOS QUE INTEGRAM O EDITAL		
Anexo I	Termo de Referênci <mark>a (es</mark> pecificações té <mark>cnicas</mark>)		
Anexo II	Minuta de contrato		
Anexo III	Declaração de conh <mark>ecim</mark> ento das obriga <mark>ções</mark>		
Anexo IV	Declaração de supe <mark>rveni</mark> ência de fato i <mark>mpedit</mark> ivo		
Anexo V	Declaração Empreg <mark>ador de</mark> Pessoa Ju <mark>rídica</mark> (Dec. Federal 4.358/2002)e		
	de Cumprimento ao d <mark>isposto</mark> no inc <mark>iso XXX</mark> III do artigo 7º da		
	Constituição Federal		
Anexo VI	Carta credencial		
Anexo	Modelo da pro <mark>posta comercial, Planilha de preço d</mark> a proposta comercial.		
VII	PARTITION TO PRODESSO		
Anexo	Protocolo de Entrega do Edital		
VIII			

8 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 1:

Deverão ser inseridos neste envelope, devidamente fechado e inviolado, os documentos abaixo relacionados, em 1 (uma) via, e deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por Servidor da Prefeitura Municipal de Nobres ou publicação em órgão de imprensa oficial antes da sessão de abertura dos envelopes de habilitação.



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:	
Proc:_	
Ano:_	

Se a Licitante for representada por procurador, faz-se necessário a outorga por instrumento público ou particular, neste último caso, com firma reconhecida em cartório, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame.

(SOMENTE SERÁ ACEITO A PROCURAÇÃO NO ORIGINAL)

8.1 - Habilitação Jurídica (art. 28 da Lei 8.666/93)

PESSOA JURÍDICA

- 8.1.1 Cópia de Documento de identidade oficial dos sócios;
- 8.1.2 registro comercial, no caso de empresa individual;
- 8.1.3 ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.1.4 Comprovação de Registro no Conselho Regional de Medicina e título de Especialidade Médica Compatível com o Ramo de Atividade Objeto deste Licitação.

PESSOA FÍSICA:

- 8.1.5 Cópia de Documento de Identidade Oficial;
- 8.1.6 Comprovação de Registro no Conselho Regional de Medicina e título de Especialidade Médica Compatível com o Ramo de Atividade Objeto deste Licitação.

PROGRESSO

8.2 – Regularidade Fiscal (art. 29 da Lei 8.666/93):

8.2.1 - prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC ou CNPJ/MF); Somente para Pessoa Jurídica



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:	
Proc:	
Ano:	

8.2.2 - Prova de que a empresa está em plena atividade, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, que deverá ser comprovado através do Alvará de Funcionamento da empresa, exercício de 2016;

; Somente para Pessoa Jurídica

- 8.2.3 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; **Somente para Pessoa Jurídica**
- 8.2.4 Certidão de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão conjunta dívida ativa da União, Contribuições Federais e INSS); <u>Somente para Pessoa Jurídica</u>
- 8.2.5 Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual, para fins em participação de licitação; Somente para Pessoa Jurídica
- 8.2.6 Certidão de regularidade com a Procuradoria Geral do Estado quanto à Dívida Ativa do Estado (PGE). Somente para Pessoa Jurídica
- 8.2.7 Certidão Negativa de Dívida referente a Tributos Municipais da sede do licitante, incluindo a Dívida Ativa, fornecida pela Prefeitura Municipal; Somente para Pessoa Jurídica
- 8.2.8 Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); Somente para Pessoa Jurídica
- 8.2.9 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII A da Consolidação das Leis do Trabalho, (Instituída pela Lei nº. 12.440, de 2011), expedida gratuita e eletronicamente (www.tst.jus.br ou www.csjt.jus.br e tribunais regionais do trabalho na internet); **Somente para Pessoa Jurídica**
- 8.2.10 Declaração, sob penas de lei, que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos, em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na indicação de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme **Anexo V.**

Somente para Pessoa Jurídica



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:	
Proc:	
Ano:	

- 8.2.11 Declaração de que concorda com todas as condições estabelecidas no presente Edital e documentos pertinentes, bem como, de inexistência de fatos supervenientes impeditivos à habilitação, conforme **Anexo IV**. **Para Pessoa Física e Jurídica**
- 8.2.12 Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Prefeitura Municipal de Nobres, dentro de seu prazo de validade. P**ara Pessoa Física e Jurídica**
- 8.2.13 Comprovante da retirada do Edital; Para Pessoa Física e Jurídica
- 8.3. Participação de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte
- 8.3.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar n. 123, de 14/12/2006 e Lei Municipal nº 1.115/2009, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 8.3.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de <u>05 (cinco) dias úteis</u>, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.
- 8.3.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

8.4 - Qualificação Técnica (art. 30 da Lei 8.666/93):

8.4.1 - Apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem fornecimento dos serviços compatíveis com os solicitados;



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:	
Proc:	
Ano:	

- 8.4.2 Declaração expressa da licitante de que tomou conhecimento das informações e condições do cumprimento das obrigações, conforme Modelo do **Anexo III**.
- 8.4.3 A habilitação consistirá na verificação do atendimento às exigências deste Edital, cabendo a CPL inabilitar, sumariamente, qualquer licitante que não atender às exigências do mesmo, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do seu prazo de validade.
- 8.4.4. Após a fase de habilitação não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente e fato superveniente e aceito pela Comissão.
- 8.4.5 Caso as documentações não apresentarem datas de vencimento, serão estes considerados válidos por 30 (trinta) dias após a data da emissão das mesmas.
- 8.4.6 Não será aceito protocolo de entrega em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

8.5 – Qualificação Econômico-Financeira (art. 31 da Lei 8.666/93):

8.5.1 - *Certidão negativa de falência ou concordata* expedida pelo cartório competente ou pelo distribuidor da sede da licitante, válida na data da apresentação da proposta, caso não tenha validade impressa no corpo da certidão, a mesma será considerada válida por 60 (sessenta) dias após a sua data de emissão. **Somente para Pessoa Jurídica**

9 - DA PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE N° 2:

- 9.1 A Proposta Comercial deverá ser apresentada no envelope № 02 Proposta Comercial, devidamente fechado e inviolado. Elaborada e entregue em 01 (uma) via, datilografada ou editorada por computador, com numeração de páginas, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou espaços em branco, redigida no idioma português, com clareza, sendo datada e assinada a última folha e rubricada nas demais, contendo os seguintes elementos:
- 9.1.1 A Proposta Comercial, conforme modelo do Anexo VII, contendo:



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

- a) Razão social, CNPJ, Inscrição Estadual e Inscrição Municipal, caso tenha, endereço e telefone da Proponente; **Pessoa Jurídica**
- a.1) Nome completo, RG e CPF e endereço, telefone e email da Licitante. Pessoa Física
- b) Data, nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura;
- c) Prazo de validade da Proposta Comercial, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da licitação;
- d) Preço unitário, mensal e global dos serviços, em moeda corrente, em algarismos arábicos, contendo no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula, com a inclusão de todos os insumos, matérias primas, impostos, taxas, fretes, seguros, salários, encargos sociais, previdenciários e quaisquer outras incidências diretas e indiretas que possam ocorrer;
- 9.2 Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas.
- 9.3 Serão desclassificadas as propostas que tenham sido feitas em desacordo com as disposições do presente Edital, bem como as que contenham preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis, assim como não serão consideradas quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste instrumento convocatório nos termos que prevê a Lei Federal n° 8.666/93.
- 9.4 Em nenhuma hipótese poderá ser alterada, quanto a seu mérito, a proposta apresentada, quer seja quanto ao preço, condições de pagamento ou quaisquer outras que importem modificação dos seus termos originais.
- 9.5 A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita execução do objeto desta Licitação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das propostas.

10 - DISPOSIÇÕES REFERENTE À PROPOSTA COMERCIAL:



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

10.1 - A apresentação da proposta comercial na licitação será considerada como evidência de que a proponente examinou completamente o Edital, as especificações e demais documentos. Que as comparou entre si e que obteve as informações necessárias e satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso antes de preparar a sua proposta técnica e comercial e que os documentos da licitação lhe permitiram preparar uma proposta técnica e comercial completa e satisfatória.

11 - DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO:

- 11.1 Caberá à Comissão Permanente de Licitação a abertura, julgamento, e classificação das propostas, considerando-se o atendimento das exigências deste Edital, na seguinte sequência:
- a) 1ª Fase: Julgamento da Documentação de Habilitação.
- b) 2ª Fase: Julgamento da Proposta Comercial.
- 11.2 Em cada fase do processo licitatório, serão realizadas tantas reuniões públicas quanto necessárias, podendo ser suspensas ou re-designadas, desde que justificadas expressamente. De cada reunião pública será lavrada uma ata consignando todas as ocorrências, a qual, depois de lida e achada conforme, será assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes das proponentes presentes.

1ª Fase

- 11.3 Procedimentos de abertura do envelope de Documentos de Habilitação − Envelope № 1:
- a) Iniciada a sessão pública, serão abertos os envelopes contendo os Documentos de Habilitação dos concorrentes, os quais serão submetidos à apreciação dos presentes para verificação dos documentos neles contidos e à Comissão Permanente de Licitação, rubricando-os, posteriormente, folha por folha. Caso falte um documento exigido ou o mesmo



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

não se encontrar com data de validade vigente, será a empresa desabilitada do processo licitatório:

- b) Não havendo dúvidas quanto à habilitação de quaisquer das Licitantes e não havendo recursos e após a sua denegação pelos mesmos, a Comissão de Licitação procederá à abertura dos envelopes contendo a Proposta Comercial daqueles considerados habilitados;
- c) Antes da abertura da Proposta Comercial das licitantes que tenham sido habilitadas na 1ª fase, serão devolvidos, devidamente lacrados, os envelopes (Proposta Comercial Envelope № 2) das Licitantes inabilitadas e que denegaram de recurso;
- d) A assinatura em ata de recebimento das propostas das licitantes julgadas inabilitadas implica, automaticamente, na renúncia expressa do direito de recurso;
- e) Transcorrido o prazo de recurso, ou decididos os recursos eventualmente interpostos, serão retomados os trabalhos de licitação, para abertura dos envelopes contendo a Proposta Comercial.

OBS: EM HIPÓTESE ALGUMA SERÁ PERMITIDO A PARTICIPAÇÃO DE LICITANTE RETARDATÁRIA.

2ª Fase

- 11.4 Procedimentos de abertura do envelope de Proposta Comercial Envelope № 2:
- a) A Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura do Envelope № 2, contendo a Proposta Comercial das Licitantes habilitadas na 1ª Fase, as quais serão rubricadas e analisadas pelos representantes das licitantes, devidamente credenciados, assim como pelos membros da Comissão Permanente de Licitação;
- b) A Proposta Comercial será julgada de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital e demais condições dos itens 10 e 11, orientando-se pelo tipo de Menor Preço;
- c) As Propostas Comerciais que apresentarem rasuras, emendas ou contradições no seu texto, serão consideradas irregulares quanto às normas deste Edital, provocando a desclassificação da Licitante proponente;



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

12 - CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

A Comissão irá avaliar, para julgamento das propostas, os seguintes critérios:

- 12.1 Na análise das propostas será verificado o atendimento de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, quando se procederá ao julgamento com base em critérios objetivos na forma da legislação pertinente.
- 12.2 O preço Mensal por Ítem, proposto de cada proponente.
- 12.2.1 A classificação das proponentes se fará em ordem decrescente dos índices de menor preço de cada proponente, sendo declarada vencedora a proponente que atendendo a todas as exigências do edital, apresentar o menor preço global.
- 12.3 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de qualquer requisito estabelecido, a proposta de preço, será imediatamente desclassificada.
- 12.5 As licitantes deverão atender às solicitações no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após sua comunicação. Todas as comunicações e esclarecimentos deverão ser feitos por escrito.
- 12.6 No caso de divergência entre as informações contidas na documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.
- 12.7 As propostas com preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis serão desclassificadas, de conformidade com a Lei 8.666/1993.
- 12.8 No caso de absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido ao disposto no parágrafo 2º, do artigo 3º, da Lei № 8.666/1993, a Comissão efetuará o desempate mediante sorteio. Todos os participantes serão convocados por correspondência, informandolhes o dia, a hora e o local do sorteio. Decorridos 30 (trinta) minutos da hora marcada, sem que compareçam todos os convocados, o sorteio realizar-se-á a despeito das ausências.
- 12.9 Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou insuficiência de comprovação de qualquer exigência constante deste Edital, implicará na desclassificação do concorrente, não se admitindo a complementação de documentos "a posterior".



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:	
Proc:	
Ano:	

- 12.10 A análise e julgamento das propostas serão pelo critério de MENOR PREÇO MENSAL POR ÍTEM, de todas as licitantes que atenderem a todos os requisitos do Edital.
- 12.11 Os valores numéricos referidos neste critério serão calculados com duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.
- 12.12 A Prefeitura do Município de Nobres estabelece, a título de aceitabilidade, proposta que não ultrapasse o valor global máximo orçado no anexo I para os serviço que deverão ser prestados.
- 12.13 A classificação se dará pelas propostas de Menor Preço Mensal Por item.
- 12.14 A Comissão Permanente de Licitação se reserva o direito de solicitar, a qualquer tempo, a comprovação da disponibilidade das características exigidas, através de documentação comprobatória.

13 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

13.1 - DA CONTRATADA

- 13.1.1 Prestar os serviços cotados, em estrita observância ao Edital e sua proposta.
- 13.1.2 Assumir inteira responsabilidade por todas as despesas diretas e indiretas com a realização dos serviços.
- 13.1.3 Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar ao patrimônio da Licitadora ou a terceiros, quando da Execução do objeto deste Edital.
- 13.1.4 Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e quantificação exigidas nesta licitação.
- 13.1.5 Fazer no prazo previsto entre a assinatura do contrato e o início dos serviços, minucioso exame das especificações, de modo a poder, em tempo hábil e por escrito, apresentar à Fiscalização todas as divergências e dúvidas porventura encontradas, para o devido esclarecimento e aprovação.



Prefeitura Municipal de Nobres

CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

- 13.1.6 Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação físcal, social, tributária e trabalhista de seus empregados, e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar à terceiros, em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores.
- 13.1.7 Comunicar à Prefeitura Municipal, por escrito e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer alterações ou acontecimentos por motivo superveniente, que impeçam, mesmo temporariamente, a Contratada de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do Contrato, total ou parcialmente.
- 13.1.8 Permitir e facilitar a inspeção pela Fiscalização, inclusive prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução dos serviços.
- 13.1.9 Garantir durante a execução a proteção e a conservação dos serviços executados, durante a vigência do contrato.

13.2 - DO CONTRATANTE

- 13.2.1 Efetuar o pagamento na data aprazada no Contrato.
- 13.2.2 Fiscalizar a execução contratual.
- 13.2.3 Designar servidor para realizar a verificação se os serviços foram executados;
- 13.2.4 Fornecer as informações, documentos e condições necessários à execução dos serviços, objeto do contrato.
- 13.2.5 A fiscalização exercida pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como do Fiscal de Contratos devidamente nomeado pela Portaria 180/2013, terão, em especial, poderes para suspender a execução os serviços que estejam em desacordo com a discriminação do objeto contratado.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

14.1 - A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste Certame, implicará decadência e preclusão desse direito da licitante,



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:	
Proc:	
Ano:	

a adjudicação do objeto do certame pela CPL á licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

- 14.2 Do resultado dos atos da administração, como julgamento, anulação ou revogação, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da afixação do resultado deste certame, que será feita 3 (três) dias após a abertura das propostas, ficando os licitantes estão desde já cientes.
- 14.3 Os recursos serão dirigidos, por escrito, ao presidente da Comissão Permanente de Licitação, através do qual, correrão seus trâmites legais.
- 14.4 Os demais proponentes terão igual prazo, contado a partir da notificação feita pela comissão para, querendo, se pronunciar sobre o recurso.
- 14.5 Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para os proponentes se manifestarem, o processo será encaminhado á CPL para decisão final.
- 14.6 Não será conhecido recurso cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo legal, ou por quem não possui poderes para representar, ou subscrita por procurador não habilitado legalmente no processo.

15 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1 - As despesas decorrentes da presente Licitação, correrão por conta de Recursos Próprios, a conta das dotações orçamentárias, consignadas no orçamento do Município vigente e exercício futuro:

Secretaria Municipal de Saúde	243-06.002.10.122.0016.2048.339039000000
Secretaria Municipal de Saúde	327-06.002.10.302.0018.2061.339039000000

16 – DA ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO:

16.1 Até a assinatura do termo de contrato, o licitador poderá desclassificar, por despacho fundamentado, qualquer proponente, sem que lhe caiba indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, havendo conhecimento de qualquer fato ou circunstância,



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:	
Proc:	
Ano:	

anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

- 16.2 A execução do serviço dar-se-á mediante contrato, a ser firmado entre o licitador e a proponente vencedora da licitação, após a homologação da licitação, podendo haver um único contrato para os dois itens caso a vencedora dos diferentes itens seja a mesma empresa, adequando-se as cláusulas necessárias da minuta do contrato, **ANEXO II**.
- 16.3 A proponente vencedora será convocada para, dentro do prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito de contratação, sujeitando-se ainda, às penalidades previstas em lei, a assinar o contrato, conforme modelo constante no **ANEXO IV.**
- 16.4 É facultado ao licitador, quando a convocada não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, convocar a segunda classificada e, não o fazendo, convocar a terceira classificada e assim sucessivamente até se efetivar a formalização do termo de contrato de empreitada, ou revogar a licitação independentemente das penalidades previstas no presente edital.

17 - DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES:

- 17.1 A Comissão Permanente de Licitação prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segundas as sextas feiras, das 7h às 13h, no Departamento de Licitações desta Entidade.
- 17.2 É facultada à Comissão, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deverá constar originalmente da proposta.

18 - DAS PENALIDADES:

18.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de Nobres, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

- a) **ADVERTÊNCIA** sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;
- b) **MULTA POR ATRASO** a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 50% (cinqüenta por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;
- c) **SUSPENSÃO** suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 18.2. Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias corridos do indicado para o inicio dos serviços.
- 18.4. A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório

19 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E PRORROGAÇÃO:

19.1 - O prazo de execução do objeto da licitação é de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o **CONTRATANTE**, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

20 - DO ÍNICIO DOS SERVIÇOS E LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

20.1 - Os serviços deverão ser iniciados após a emissão da Ordem de serviço;



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

20.2 - Os serviços licitados deverão ser executados uma vez por mês, no Centro Preventivo de Saúde e no hospital Laura de Vicuna, LOCALIZADO NA Praça Josino Serra, Centro, no município de Nobres – MT.

21 - DA FORMA DE PAGAMENTO:

- 21.1 Os valores do contrato serão pagos da seguinte forma:
- 21.1.1 Os pagamentos serão realizados em 12(doze) parcelas mensais e sucessivas, pagas até o 10° décimo dia de cada mês subsequente, e conforme cronograma de desembolso e após a emissão da NF/Fatura devidamente atestada pela Secretaria Solicitante.
- 21.1.2 Os pagamentos efetuados à Contratada não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à prestação de serviços anteriores, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.

22 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

22.1 - A Contratada ficará obrigada a executar, às suas expensas, os serviços que forem recusados ou que estiverem em desacordo com o disposto no edital e seus anexos.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 23.1 A participação nesta licitação, implicará na aceitação integral e irretratável das normas deste Edital.
- 23.2 O licitador se reserva o direito de revogar ou anular esta licitação, parcial ou totalmente, sem que caiba à proponente o direito de qualquer reclamação ou indenização.
- 23.3 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos em conformidade com a Lei № 8.666/1993 e suas alterações.
- 23.4 Fica estabelecido que toda e qualquer informação, esclarecimentos ou dados, fornecidos verbalmente por empregados do licitador não serão considerados como argumento para impugnações.
- 23.5- Este Edital poderá ser obtido junto a PREFEITURA MUNICIPAL, através de requerimento por escrito que contenha todos os dados da requerente que poderá ser enviado



Prefeitura Municipal de Nobres

CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

no e-mail: <u>licitacaonobresmt@hotmail.com</u>, ou via fax pelo telefone (65) 3376-4200, para a Comissão de Licitação, durante o horário normal de expediente.

Nobres - MT, em 01 de Julho de 2.016.

Luciene Maria Nonato Presidente da Comissão Permanente de Licitação





Prefeitura Municipal de Nobres

CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

ANEXO I

TOMADA DE PREÇOS № 017/2016 TERMO DE REFERÊNCIA - ART. 7° § 2°, INCISO II

1. DO OBJETO:

A Presente Licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE MÉDICO ORTOPEDISTA, MEDICO AUDITOR PARA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR E MEDICO AUTORIZADOR DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH'S), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES/MT, conforme constantes no anexo I do Edital.

1965

2. DA JUSTIFICATIVA:

A prestação dos serviços supracitados se justifica pela necessidade local, verificada pela demanda da Secretaria Municipal de Saúde através da necessidade de munícipes com relação a tais serviços, bem como pelo comprometimento com a saúde Pública.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇAO	Valor Mensal.	Valor Anual (12 meses)
01	Prestação de Serviço de Medico Ortopedista.	R\$ 8.900,00	R\$ 106.800,00
02	MEDICO AUDITOR	R\$ 3.900,00	R\$ 46.800,00
03	MEDICO AUTORIZADOR DE INTERNAÇÃO	R\$ 3.900,00	R\$ 46.800,00

Os serviços solicitados deverão ser Prestados uma vez por mês, no Centro Preventivo de Saúde e no Hospital Laura de Vicuna no Município de Nobres – MT, mediante solicitação e autorização expedida pela Secretaria Municipal de Saúde;



Prefeitura Municipal de Nobres

CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:	_
Proc:	-
Ano:	-

ANEXO II – TOMADA DE PREÇOS № 017/2016

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOBRES, ESTADO DE MATO GROSSO, E, DE OUTRO LADO, A EMPRESA

PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O Município de Nobres, Estado d	le Mato Grosso,	Pessoa Jurídica	de Direito Públ	lico Interno,
com sede administrativa à Rua Lu	dgardes Hoffma	n <mark>n Rie</mark> di, s/n.º, Ja	ardim Paraná, n	esta cidade,
inscrita no CNPJ /MF sob o n.º (03.424.272/000	1-07, representado	o pelo Prefeito	Municipal,
SR. SEBASTIÃO GILMAR LU	I <mark>Z DA</mark> SILVA,	brasileiro, casado	o, agente Polític	o, residente
e domiciliado nesta cidade de No	<mark>bres –</mark> MT, inso	crito no RG sob c	n.º 0429671-0	SSP/MT e
CPF n.º 318.480.011-34, dorava	ante denomina	do d <mark>e CO</mark> NTRA	ATANTE, e	a empresa
, inscrita	no CNPJ N	0	,	com sede
,	, CEP	,	neste ato repre	sentado por
,	, ,		, portador da	Cédula de
Identidade RG n.°	do CPF n	, re	esidente à Rua	,
,,, doravan	te denominado	de CONTRATAI	DO.	

As Partes tem justo e acertado o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a Lei № 8.666 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações, aplicando nos casos omissos, o disposto na legislação civil vigente e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

1.1 Este instrumento contratual fundamenta-se no **Processo Administrativo nº 55/2016**, em atendimento ao § único do artigo 4º e artigo 38 da Lei 8.666/93, que originou o Processo Licitatório através da **Tomada de Preços nº 017/2016**, com base na Lei Federal nº 8.666/93, alterado pela Lei Federal nº 9.648/98.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

2.1. O objeto do presente Contrato:

CONTRATAÇÃO DE MÉDICO ORTOPEDISTA, MEDICO AUDITOR PARA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR E MEDICO AUTORIZADOR DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH'S), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES/MT, conforme constantes no anexo I do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO PRESENTE CONTRATO

3.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços descritos na cláusula
segunda, o valor de R\$, que serão pagos mensalmente em parcelas mensais, iguais e
sucessivas no valor de até R\$ () que poderão ser pagas até o 10° (décimo) dia do
mês subseqüente ao da prestação de serviço e conforme cronograma de desembolso.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DO PRESENTE CONTRATO

- 4.1. O prazo de vigência do contrato terá início a partir de sua assinatura e seu término em ___ de ____, prorrogado se necessário mediante Termo Aditivo;
- 4.2. O período de execução dos serviços objeto da clausula primeira do presente instrumento é de 12 (doze) meses de forma contínua partir da emissão da Ordem de Serviços, prorrogado se necessário mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - DA CONTRATADA

- 5.1.1 Prestar os serviços contratados, em estrita observância ao Edital e sua proposta.
- 5.1.2 Assumir inteira responsabilidade por todas as despesas diretas, indiretas com a realização dos serviços.



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:	
Proc:	
Ano:	

- 5.1.3 Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar ao patrimônio da Licitadora ou a terceiros, quando da entrega do objeto deste Edital.
- 5.1.4 Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e quantificação exigidas nesta licitação.
- 5.1.5 Fazer no prazo previsto entre a assinatura do contrato e o início dos serviços, minucioso exame das condições, de modo a poder, em tempo hábil e por escrito, apresentar à Fiscalização todas as divergências e dúvidas porventura encontradas, para o devido esclarecimento e aprovação.
- 5.1.6 Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação físcal, social, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, ou horas extrordinárias, e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar à terceiros, em virtude da execução dos serviços.
- 5.1.7 Comunicar à Prefeitura Municipal, por escrito e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer alterações ou acontecimentos por motivo superveniente, que impeçam, mesmo temporariamente, a Contratada de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do Contrato, total ou parcialmente.
- 5.1.8 Permitir e facilitar a inspeção pela Fiscalização, inclusive prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução dos serviços.
- 5.9 Garantir durante a execução a proteção e a conservação dos serviços executados, até o seu recebimento definitivo.
- 5.10 Executar o serviço em estrita observância ao Edital, uma vez por semana, no centro preventivo de saúde, localizado na praça Josino Serra, Centro, no município de Nobres MT.

5.2 - DO CONTRATANTE

5.2.1 - Efetuar o pagamento na data aprazada no Contrato.



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

- 5.2.2 Fiscalizar a execução contratual.
- 5.2.3 Designar servidor para realizar a verificação se os serviços foram executados;
- 5.2.4 Fornecer as informações, documentos e condições necessários à execução dos serviços, objeto do contrato;
- 5.2.5 A fiscalização exercida pela Secretaria Municipal de Saúde, terá em especial, poderes para suspender a execução dos serviços que estejam em desacordo com a discriminação do objeto contratado, bem como o fiscal de Contratos Sr Lazaro Alves Dias designado pela portaria 172/2014.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

6.1. Em conformidade com o art. 65, II da Lei 8.666/1993, caso sejam necessárias alterações no presente contrato, as mesmas serão objeto de alteração unilateral ou mediante acordo conforme o caso e permissão legal.

CLÁUSULA SÉTIMA- DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

- 7.1. Os recursos financeiros para pagamento das despesas de que trata o presente contrato, são recursos próprios do Município;
- 7.2. Os recursos orçamentários para cobertura de despesas decorrentes do presente Contrato, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1 Os valores do contrato serão pagos da seguinte forma:
- 8.1.1 Os pagamentos referentes aos serviços do objeto da licitação, serão realizados em 10 (dez) parcelas iguais, mensais e sucessivas, pagos até o décimo dia do mês subsequente a execução do serviço, pelo período de vigência do contrato, iniciando-se, 30 (trinta) dias



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:	
Proc:	
Ano:	

corridos após a emissão da ordem de serviços e desde que sejam prestados os serviços contratados;

8.2 - Os pagamentos efetuados à Contratada não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à prestação de serviços anteriores, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E MULTAS CONTRATUAIS

- 9.1 Na hipótese da **CONTRATADA** descumprir as obrigações assumidas neste contrato, no todo ou em parte, ficará sujeita a juízo da **CONTRATANTE**, às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n ° 8.666/93.
- 9.2 A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar sua rescisão pela administração, com as consequências previstas nos artigos 77 e 80 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o artigo 87 do mesmo diploma legal.
- 9.3 A multa que se refere o inciso II do art.87 da Lei citada no item anterior será de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso na execução do cronograma.
- 9.4 A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 50 (cinquenta por cento) sobre o valor total do contrato.
- 9.5 Sem prejuizo da multa por atraso, podera ser aplicada a multa por descumprimento de 20%.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA HIPÓTESE DE RESCISÃO DO CONTRATO:

- 10.1. São motivos ensejadores da rescisão contratual, sem prejuízo dos demais motivos previstos em lei e neste instrumento:
- 10.1.1. O descumprimento de cláusulas contratuais ou das especificações que norteiam a execução do objeto do contrato;
- 10.1.2. O desatendimento às determinações necessárias a execução contratual;



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:	
Proc:	
Ano:	_

- 10.1.3. A prática reiterada, de atos considerados como faltosos, os quais devem ser devidamente anotados, nos termos do art. 76 da lei federal 8.666/1993;
- 10.1.4. A dissolução da sociedade, a modificação da modalidade ou da estrutura da empresa desde que isso venha a inviabilizar a execução contratual;
- 10.1.5. Razões de interesse público, devidamente justificados;
- 10.1.6. A subcontratação parcial ou total, cessão ou transferência da execução do objeto do contrato.
- 10.1.7. A rescisão poderá ocorrer também por ato unilateral, nos casos elencados no art. 78, inciso I a XII, da lei 8.666/1993;
- 10.1.8. As partes poderão, observada a conveniência segundo os objetivos da administração promover a rescisão amigável do contrato, através de Termo de Distrato;
- 10.1.9. Fica acordado entre as partes que se a rescisão contratual ocorrer por interesse da CONTRATANTE, fica esta obrigada a comunicar por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

11.1. Os preços dos serviços ofertados serão fixos e irreajustáveis exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1. Em exigência ao disposto no art. 55 § 2º da Lei 8.666/1993, as partes elegem, de comum acordo, o foro da comarca de Nobres - MT, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou pareça, ficando expressivamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação, seja à que título seja, considerada fora de sua jurisdição.



Prefeitura Municipal de Nobres CNPJ: 03 424 272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1. O presente contrato obedecerá à lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, aplicandose as sanções nela prevista, por qualquer descumprimento com as obrigações assumidas em decorrência do presente instrumento.

E assim por estarem justos e contratados, na forma acima, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas idôneas que presenciaram a tudo, comprometendo-se por si e seus sucessores legais, o fiel cumprimento de todos os dispositivos.

ores – MT, de	de 2016.
ores wii,ue	dc 2010.
100	
- 4	
Nome	Nome
Contratante	Contratada
	NORRES
Testemunhas:	
Nome:	AMALNO E PRODESSO
RG:	
CPF:	
Nome:	
RG:	
CPF:	



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

ANEXO III– TOMADA DE PREÇOS № 017/2016 DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Α	(razão social)	, inscrita no CNPJ sob o número
	ou Nome, RG e	CPF (Se pessoa física), em atenção ao edital de
TOMADA	DE PREÇOS № 017/2016, declara:	
a) ter toma	ado conhecimento de todas as ir	uformações e das condições para o perfeito
,		, , , , ,
1		ação, seja por meio da análise e exame da
documentaç	ção integrante do edital, se <mark>ja por m</mark>	eio de informações obtidas no órgão licitador.
(PESSOA J	JUÍDICA E PE <mark>S</mark> SOA F <mark>ÍSICA</mark>)	
b) que o pre	eço ofertado contempla <mark>toda</mark> s as obr	igaçõe <mark>s deco</mark> rrentes desse conhecimento, e que
visitou os lo	ocais dos serviços, ten <mark>do pe</mark> rfeito co	onhecim <mark>ento d</mark> as condições para sua execução.
(PESSOA J	JUÍDICA E PESSOA <mark>FÍS</mark> ICA)	
c) estar de a	acordo com todas as co <mark>ndições</mark> men	cion <mark>adas na</mark> Propo <mark>s</mark> ta Comercial, constantes do
edital e min	uta contratual. (PESSOA <mark>JURÍDI</mark> O	CA E PESSOA FÍSICA)
d) que nenh	um de seus dirigentes, gerentes, aci	onistas ou detentores de mais de 5% (cinco por
cento) do c	apital com direito a voto, ou contr	<mark>olador, responsáv</mark> eis técnicos, funcionários ou
eventuais su	ubcontratados são servidores do órga	ão licitador. (SE PESSOA JURÍDICA)
e) que acei	ta integralmente os termos e as c	ondições da presente licitação, bem como as
disposições	contidas na Lei № 8.666/1993,	suas alterações e demais disposições legais.
(PESSOA J	JURÍDICA E PESSOA FÍSICA)	
	, de	de 2016.
(Assinatura	nome e cargo do declarante, repres	gentante legal da Licitante)



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

ANEXO IV – TOMADA DE PREÇOS № 017/2016

(DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO)

DECLARAÇÃO

Ref.:: <u>Edital de Tomada de Preços № 017/2016</u> .
O signatário da presente, em nome da proponente, declara,
expressamente, que se sujeita às condições estabelecidas no edital de Tomada de Preços №
017/2016 em consideração e dos resp <mark>ectivos anexos e do</mark> cumentos, que acatará integralmente
qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das
proponentes que hajam atendi <mark>do às condições estabe</mark> lecidas e demonstrem integral
possibilidade de executar os servi <mark>ços.</mark>
O signatário da presente declara, e <mark>m no</mark> me da referid <mark>a propo</mark> nente, total concordância com a
decisão que venha a ser tomada quanto à adjudicação, objeto do presente edital.
Declara, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes
impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do
Artigo 32, parágrafo 2°, e Artigo 97 de Lei № 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas
alterações.
(PARA PESSOA FÍSICA E JURÍDICA)
, de de 2016.
(assinatura, nome e cargo do declarante, representante legal da Licitante).



Prefeitura Municipal de Nobres

CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

ANEXO V TOMADA DE PREÇOS № 017/2016

(MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA – DECRETO FEDERAL 4.358/2002)

DECLARAÇÃO

Ref.: Edital de Tomada de Preços № 017	<u>//2016</u> .		
, inscrito no CNPJ	n°, poi	intermédio de	seu representante
legal o(a) Sr(a)	, portador(a)	da Carteira	de Identidade
nºe do CPF nº	, DECLAR	A, para fins do	disposto no inciso
V do art. 27 da Lei nº 8.666, de <mark>21 de</mark> j	unho de 199 <mark>3</mark> , acre	escido pela Lei 1	nº 9.854, de 27 de
outubro de 1999, que não emprega men	or de dezoito anos	em trabalho not	turno, perigoso ou
insalubre e não emprega menor de dezess	seis anos.		
	The same of		
Ressalva: emprega menor, a partir de qua	atorze anos, na conc	dição de aprendi	z().
1 2 , 1	7,000	, 1	
(data)			
(representante legal)			



Prefeitura Municipal de Nobres

CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

ANEXO VI TOMADA DE PREÇOS № 017/2016

CARTA CREDENCIAL
,de de 2016.
À Comissão de Licitação
Ref.: Tomada de Preços № 017/2016.
Prezados Senhores
O abaixo assinado, portador da Carteira de Identidade №, na
qualidade de responsável legal p <mark>ela empresa, vem pela presente, informar a</mark>
Vossas Senhorias que o Senhor, portador da Carteira de Identidade
№, é a pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de abertura e
recebimento da documentação de qualificação e proposta comercial, bem como assinar as atas
e demais documentos a que se referir a licitação em epígrafe.
THAMALNO E PROGRESSO
Atenciosamente,
(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)
(PARA PESSOA FÍSICA E JURÍDICA)
Obs.: Firma reconhecida do responsável legal



Prefeitura Municipal de Nobres

CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

ANEXO VII TOMADA DE PREÇOS № 017/2016

MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

A Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Nobres – MT

Ref.: Proposta de Preços – Tomada de Preços nº 017/2016

A empresa	(razão social)	, inscrita no C	CNPJ sob o número
(Nome, RG e CPF	se pessoa Física), ei	m atenção ao E	dital da TOMADA DE PREÇOS 🕦
017/2016, vem por 1	meio deste decl <mark>arar q</mark>	ue:	100
a) o prazo de valida	de da present <mark>e Prop</mark> o	sta Comercia <mark>l é</mark>	<mark>e de</mark> 60 (sessenta dias, a contar da data
de abertura da licita	ção;		
b) está ciente e de a	acordo com os <mark>praz</mark> o:	s máximos e <mark>stip</mark>	<mark>oula</mark> dos para a validade da proposta e
de execução dos ser	viços;		
,	•		tados de que o objeto desta licitação é
de R\$		100), Sendo o valor Mensal de R
()	_ e o valor Unitário	da Consulta	de R\$ (),conforme
detalhado na Planilh	na de Preços –(Anex o	o VII do edital).	
d) A forma de Paga	amento será em parc	elas mensais, ig	guais e sucessivas no valor de até R\$
(_), para	o ÍTEM XX, c	cada parcela conforme cronograma de
desembolso em ano	exo, com datas de	vencimento na	forma em que prevê o edital desta
Tomada de Preços.			
	•		1 2016
	, de _		, de 2016.
(Assinatura, nome e	e cargo do declarante,	representante le	egal da Licitante)



CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:
Proc:
Ano:

	PLANILHA DE PREÇOS DA	PROPOSTA COM	IERCIAL	
A empresa _	(razão social) , ii	nscrita no CNPJ so	ob o №	, em
itenção ao Ed	tal de TOMADA DE PREÇOS J	№ 017/2016 apreses	nta sua plan	ilha de preços
la proposta co	nercial:			
PLANILHA I	DE PREÇOS			
A) Pronosta	para custear todos os sei	rvicos nara <i>CON</i>	TRATAÇÃO	DE MÉDICO
	MEDICO AUDITOR PARA AUTO			
	RIZADOR DE INTERNAÇ <mark>ão HOSPI</mark>		-	
	e 12 (doze) meses, co <mark>nforme</mark> con	And the second	-	·
III I CI IOUO U	<u>, 12 (doze)</u> meses, conforme con	stantes no anexo 1	uo Luitai. ,	c uc.
Ítem Qua	nt. Prestação de serviços	Unitário (R\$)	Mensal (R\$)	Global (R\$) 12 meses
01	80			
02		A W. Alb		
03	Hola			
	-784	F 10000F550		
	THE REAL PROPERTY.	- I FIRE LIVE		
	,de	, de	2016.	
	,de	, de	2016.	



Prefeitura Municipal de Nobres

CNPJ: 03.424.272/0001-07

Folha:_	
Proc:_	
Ano:	

ANEXO VIII

PROTOCOLO DE ENTREGA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES, ESTADO DE MATO GROSSO, **CÓPIA DO EDITAL E SEUS ANEXOS**, RELATIVO À LICITAÇÃO ABAIXO CARACTERIZADA, SOLICITADO POR NOSSA EMPRESA ESPECIFICADA ABAIXO QUE REQUEREU O EDITAL CONFORME ASSINALADO ABAIXO:

INTERESSADO:
NOME:
CNPJ/MF nº ou RG e CPF (Pessoa Física)
ENDEREÇO:

RETIRADO EM ___/___/ 2016, - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES – MT.

Assinatura e Carimbo da Licitante